

Reflexões sobre possibilidades e desafios para a sustentabilidade socioambiental em unidades de conservação a partir de ações de educação ambiental

Edileuza Dias de Queiroz

Guaduada em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) (UFRJ, 2002).

Mestre em Educação (UFRRJ, 2012).

Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade (GEPEADS/UFRRJ).

Professora colaboradora do PIBID-IM/UFRRJ – subprojeto Geografia.

Tutora da Fundação CECIERJ – Projeto Nova EJA.

E-mail: edileuzaqueiroz@gmail.com

Resumo

Este ensaio teórico pretende fazer uma análise da importância de ações realizadas em Unidades de Conservação (UCs) ancoradas na Educação Ambiental. Ressalte-se que esta representa uma estratégia para verificar as possibilidades e os desafios para a sustentabilidade em UCs. Questões emergentes na dinâmica das UCs precisam ser analisadas, pois estes espaços representam um instrumento para o planejamento ambiental e territorial. Isto possibilita a construção e implementação de instrumentos estratégicos de ações formativas para a construção de novas relações socioambientalmente sustentáveis. Assim, estudos e reflexões devem ser aprofundados, a fim de propor subsídios para atividades sustentáveis em UCs. Na sociedade contemporânea é premente a necessidade de construir caminhos que possam contribuir, efetivamente, na relação sociedade-natureza, em sua complexidade, ressignificando práticas e saberes fragilizados, e assim, potencializando as ações de Educação Ambiental que se alinhem às necessidades locais.

Palavras-chave: Unidades de Conservação; Educação Ambiental; Sustentabilidade

Abstract

This theoretical paper intends to make an analysis on the importance of actions which happen in Protected Areas set in Environmental Education. It is important to emphasize that this represents a strategy to verify the possibilities and challenges to the sustainability of Protected Areas. Some emergent questions in the dynamic of Protected Areas need to be analysed because these places represent an instrument to environmental and territorial planning. This enables the construction and implementation of instruments which are strategic to formative actions to the construction of new relations which are social and environmentally sustainable. This way, studies and reflections must be deepen in order to suggest subsidies for sustainable actions in Protected Areas. In contemporary society, it is urgent the necessity of building ways which may effectively contribute in the relation society-nature, in its complexity, giving new meanings to weak practices and knowledge, giving strength to the actions in Environmental Education which are conformed to local necessities.

Keywords: Protected Areas, Environmental Education, Sustainability

Introdução

As Unidades de Conservação, na atualidade, representam uma das formas de (re)ordenamento territorial e ambiental, visto que estes espaços têm como princípio “reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade” (VALLEJO, 2002). É pertinente a compreensão de que as Unidades de Conservação deve ultrapassar sua concepção como espaços de preservação de ecossistemas e de seus recursos naturais. Devem ser consideradas como espaços de relações socioambientais historicamente configurados e dinamicamente movidos por tensões e conflitos sociais, integrando-as ao desenvolvimento regional, fortalecendo as interações sociais e a participação cidadã. Sendo assim entendidas, nesses espaços a inserção de ações ancoradas na Educação Ambiental é fundamental.

Dentre as diferentes categorias de Unidades de Conservação, destacamos aqui os parques, pois, considera-se que estes são portadores de grande importância socioambiental, uma vez que:

A criação de um parque significa a produção de um território cujos objetivos estão voltados para a proteção de atributos naturais valorizados pela sociedade no presente e para as gerações futuras (VALLEJO, 2002, p.1).

Apesar disso, observa-se que no Brasil estratégias precisam ser criadas e fortalecidas para que as Unidades de Conservação tenham o tratamento que merecem. Neste sentido, Vallejo, 2002, p. 19, ressalta:

Os usos previstos para as Unidades de Conservação não têm sido planejados e incentivados através de investimentos e parcerias com outros setores (universidades, centros de pesquisa, ONGs e iniciativa privada) e as áreas permanecem abandonadas ou com baixo aproveitamento em relação ao turismo, práticas educacionais e pesquisas científicas.

Neste sentido tornam-se relevantes estudos sobre territórios dessa natureza, especialmente em regiões carentes de investimentos de toda ordem, a fim de torná-las mais atrativas e mais valorizadas pela comunidade local, e também pelo poder público. Desta forma, como estratégia para verificar as possibilidades e os desafios para a sustentabilidade em Unidades de Conservação, neste estudo analisaremos a importância das ações de Educação Ambiental em Unidades de Conservação.

De acordo com Becker (2009, p. 18), na atualidade novos componentes ampliam o desafio de compreender e gerir as Unidades de Conservação. A autora afirma que:

Um questionamento sobre sua finalidade origina-se nas próprias populações por elas afetadas em suas legítimas demandas de melhoria de condições de vida, uma vez que a mera preservação não gera riqueza, trabalho, renda, habitação e serviços necessários para alcançar as melhorias desejadas.

Assim, torna-se muito pertinente buscar informações junto à comunidade do entorno quanto ao seu entendimento da relação sociedade-natureza. Trabalhando a percepção de lugar, meio ambiente e problemas socioambientais é possível refletir sobre novos instrumentos estratégicos que possam subsidiar ações sustentáveis nas Unidades de Conservação e em sua zona de amortecimento.

Nesta direção, este trabalho vem ao encontro de questões emergentes na dinâmica das Unidades de Conservação, entre as quais tem destaque a carência de um diagnóstico das possibilidades e desafios para a sustentabilidade, tomando como base a realidade da região. Isto possibilita, inclusive, apontar instrumentos estratégicos de ações formativas, ancoradas na Educação Ambiental, para subsidiar o trabalho realizado em Unidades de Conservação, especialmente, em parques. Ressaltamos como uma das estratégias de valorização do espaço o ecoturismo, que pode se tornar um grande aliado na conservação ambiental de vários ecossistemas, na medida em que consiga efetivamente se realizar ancorado no tripé: proteção dos recursos naturais; sustentabilidade econômico-social; educação/formação para a sustentabilidade.

Complexidades da sociedade contemporânea

Assistimos, neste tempo tão demarcado pela complexidade das relações políticas, econômicas e sociais e suas vertiginosas demandas, a um vigoroso avanço tecnológico “eficiente”, em sua racionalidade instrumental, mas que causa repulsa pela retórica desenvolvimentista desses “avanços” em concomitância com as mais selvagens agressões ao meio ambiente e aos marginalizados socialmente. Em nome do desenvolvimento e do progresso, os impactos ambientais não são dimensionados, bem como a “certeza” da infinitude dos recursos naturais é propagada pelo modo de produção e pelo consumo hegemônicos.

Neste sentido, observa-se a necessidade de novas relações sociedade-natureza, que está em crise. Segundo Diegues (1989), alguns problemas de caráter global e mundial indicam que não se trata de crises regionais ou temporais, é uma crise generalizada que afeta a relação entre a sociedade e o meio ambiente.

Atualmente, existem duas principais correntes que procuram explicar a crise socioambiental. A primeira, de perfil economicista, parte de uma preocupação restrita apenas à intervenção em sua dimensão ecológica, que visa à proteção dos recursos materiais e energéticos em via de deterioração. Por esse lado, disseminada pelo discurso hegemônico, a crise ambiental deve ser solucionada sob a perspectiva da escassez dos recursos naturais, como se tal escassez atingisse a todos homoganeamente.

Segundo Pinto e Zacarias (2010), esse perfil economicista pode ser denominado como uma visão reformista e liberal, que percebe os problemas ambientais como um mau funcionamento no sistema, advogando a necessidade de adotar um novo estilo de desenvolvimento, agora “sustentável”; através de mecanismos do mercado, como ecoeficiência, certificações ambientais e protocolos diplomáticos no âmbito da política externa. Desse modo, diante da crise ambiental, as soluções estariam sob o prisma da adaptação, e não da transformação.

Uma outra vertente, interpreta que a crise socioambiental não se reduz apenas à quantificação dos recursos e à afirmação de que eles são finitos. Sob esse ângulo, a relação da sociedade com a natureza é tratada de forma complexa, pois é mediada por aspectos culturais e históricos. Isso significa que as práticas sociais sobre determinado

território são as mais variadas no tempo e no espaço. Desse modo, as relações entre os diversos atores sociais interagindo em determinado território pode ser conflituosa, seja devido a aspectos simbólicos e valorativos de perceber o meio ambiente, seja devido aos diferentes modos de se apropriar e de se utilizar dos bens materiais (ZBOROWSKI, 2008).

Na busca por um equilíbrio para a relação sociedade e natureza, sobressaem estudos que refletem o desenvolvimento de reflexões teóricas, com base em metodologias qualitativas que se relacionam, prioritariamente, ao universo temático complexo. Dentre tantos, cita-se os que contemplam processos formativos de Educação Ambiental, questões sobre os usos e modos de apropriação e gestão dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, processos de ordenamento territorial e ambiental, além de ventilar discussões sobre os conflitos socioambientais e as competências das políticas públicas (QUINTAS, 2004). Considera-se importante tornar certos territórios mais atraentes, onde a comunidade crie laços de identidade, valorizando-o e dando-lhe visibilidade. Observa-se que na maioria das Unidades de Conservação do Brasil, especialmente nos Parques, isto ainda é frágil.

No decorrer deste trabalho serão apontados caminhos que levem à formulações de instrumentos estratégicos que possam subsidiar atividades sustentáveis, de maneira efetiva, em Unidades de Conservação, o que representa mais uma contribuição da Educação Ambiental na busca por uma sociedade ambientalmente sustentável.

Na busca pela totalidade como chave para a compreensão da sociedade e do mundo, Milton Santos nos apresenta sua teoria do espaço como concebido por um sistema de objetos e por um sistema de ações. Assim, no território usado¹ estariam materializados, conseqüentemente, a técnica e a política. Os usos atuais dos territórios são compreendidos através de suas organizações espaciais, reflexos e condições tanto das possibilidades técnicas como das escolhas/imposições políticas. Compreender estes territórios significa compreender também todas as possibilidades, ou seja, considerar o comportamento de todos os homens, instituições, capitais e firmas. Através da composição complexa de todos estes atores, de sua “multiplicidade de ações”, será possível a compreensão dos lugares e seus vínculos com o mundo, a maneira como estas sociedades se relacionam com as ordens hegemônicas e como criam suas contraordens, ou outras formas de fazer.

Discutindo a temática

A criação de Unidades de Conservação não é uma ação recente. Há algumas décadas muitos países no mundo inteiro adotam este instrumento para assegurar a manutenção da qualidade ambiental e a proteção da biodiversidade. Essa filosofia teve grande influência na criação de áreas naturais protegidas, consideradas “ilhas de beleza”, “paraíso”, que conduziriam o ser humano à natureza intocada (DIEGUES, 2008, p. 24). É através desta perspectiva que se insere, originado nos Estados Unidos, o conceito de parque como área natural. Para Diegues (op cit) a criação dos parques beneficia a população urbano-industrial valorizando as áreas que tem um forte apelativo estético, motivações religiosas e culturais.

¹ Em Santos (2000), este termo é entendido como resultado do processo histórico quanto base material e social das novas ações humanas.

A partir desse princípio, outros países passaram a estabelecer Unidades de Conservação em seus territórios. O Brasil teve forte influência do modelo americano, no entanto, a criação de seu primeiro parque nacional aconteceu somente em 1937, em Itatiaia, RJ, com o objetivo de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer à população urbana.

A partir da aprovação da Lei 9.985/2000 (BRASIL, 2000) que implementou um Sistema Nacional de Unidades de Conservação, organizou-se as Unidades em dois grupos: as de proteção integral e as de uso sustentável. Na primeira categoria o objetivo principal é a proteção da natureza, admitindo-se o uso restrito dos recursos naturais (visitação, pesquisa científica e Educação Ambiental); na segunda categoria, o objetivo primeiro é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (extrativismo, coleta e manejo ambiental).

As Unidades de Conservação não dizem respeito apenas à proteção de ecossistemas ameaçados pela ação do ser humano. Assim, Coelho, Cunha e Monteiro (2009, p. 68), afirmam que:

As Unidades de Conservação são, ao mesmo tempo, territórios de conservação, territórios de vida, territórios de produção, territórios de pesquisa acadêmica, entre outros. As Unidades de Conservação acham-se cunhadas por ideias ambientais e territoriais.

Neste sentido, esses territórios, denominados Unidades de Conservação, apresentam uma complexidade ampla de interesses de diversos atores sociais que aí atuam. Ressalte-se aqui que atualmente há a necessidade da criação de Unidades de Conservação para, teoricamente, perpetuar a biodiversidade da fauna e da flora, assim como a manutenção do banco genético local. Outras finalidades também surgem a partir da preservação desses territórios, como o ecoturismo – fonte de recreação, lazer e fonte de renda para a comunidade do entorno –, pesquisas científicas, manutenção da beleza cênica, atividades educativas e o desenvolvimento de práticas ecológicas.

Em relação à compreensão do meio ambiente, enquanto dimensões sociais, biofísicas, políticas, econômicas, filosóficas e culturais, observa-se que ainda parece distante de grande parte dos sujeitos que vivenciam as paisagens. O estudo a partir da percepção da paisagem e do meio ambiente representam grandes possibilidades de incorporar questões na qual estamos inseridos no cotidiano.

Segundo Diegues (1992), quando se fala de sustentabilidade deve-se referir às garantias de conservação dos recursos naturais para a sobrevivência social e cultural, daquelas populações que dependem direta ou indiretamente, desses recursos, e que percebe-os como sendo cruciais para a sociedade, como um todo. Nesta direção pode-se conceber a sustentabilidade como a manutenção contínua do ambiente, onde a relação de equilíbrio entre as dimensões ambiental, econômica, social, cultural, política e espacial deva ser sempre perseguida com vistas a atingir um estado de equilíbrio constante.

No entanto, o conceito sustentabilidade, de caráter polissêmico, tão disseminado na sociedade, que tantas vezes acaba por esvaziar-se de sentido, o qual é descrita de acordo com um aspecto puramente mecanicista e técnico de uma racionalidade instrumental. Assim, a sustentabilidade passa a ser entendida sob diferentes formas e interesses. Não há como pensar e acreditar que a busca pela tão aclamada

sustentabilidade seja homogênea dentro de uma sociedade de classes diferentes, desiguais interesses e bases capitalistas.

Dessa forma, não há unanimidade no conceito de sustentabilidade. Não há o certo e o errado. Até porque tal termo ainda está em construção; não é consenso, mas está em embate (GUIMARÃES, 2006). Logo, o que se pode aferir é o que de ideológico perpassa nos discursos dos atores envolvidos na pesquisa – sofrendo pressão à inferência – sobre o tema em discussão.

Portanto, investigar possibilidades e desafios para sustentabilidade em Unidades de Conservação – baseando-se na concepção de sustentabilidade acima descrita – pode contribuir com reflexões e ações acerca da implementação de atividades que possam levar à compreensão da importância do patrimônio ambiental. Ressaltamos também a relevância de investigar o potencial e as vocações naturais desses territórios, bem como os fatores limitantes encontrados, devendo também analisar as demandas locais e regionais (DIEGUES, 1989). Neste sentido, encontra-se na Educação Ambiental subsídios para a efetivação de práticas sustentáveis que fortaleçam políticas de ordenamento territorial e ambiental.

Considerando-se que a Educação Ambiental surgiu como porta-voz do movimento ambientalista, movimento este de contestação da ordem política e econômica estabelecida, é importante que se mantenha sua origem questionadora e crítica. Dessa forma, ao trilhar por esse campo, procura-se contribuir para o amadurecimento, crescimento e fortalecimento do saber, da ação e da reflexão em Educação Ambiental na construção de um caminho de transformação social. Muitos estudos (GUIMARÃES, 2004; LOUREIRO, 2007, 2009) apontam, que sua complexidade abrange várias correntes de pensamento e diversos interesses.

Entende-se que a Educação Ambiental é parte do processo de compreensão da realidade, e, mais que isso, objeto de luta por sua transformação, construindo um quadro de maior igualdade e justiça socioambiental. Assim, essa vertente formativa estimula a criticidade dos participantes sobre a problemática socioambiental. Partindo da problematização das formas de relacionamento da comunidade com os recursos naturais e dos conflitos existentes, pode buscar promover práticas sociais baseadas na racionalidade e justiça, com conseqüente transformação da realidade pelas próprias comunidades. Estando envolvidas no processo, estas passam a compreender melhor os fundamentos destas práticas e das situações em que se encontram.

A Educação Ambiental permeia vários campos e especialidades, dentre eles o ecoturismo, considerado uma nova modalidade de turismo desenvolvido, em geral, em Unidades de Conservação. Isto se materializa no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, localizado na Baixada Fluminense-RJ, tendo em vista que esse espaço movimentava fluxos de atores sociais importantes, e que podem, inclusive, vir a atender a demanda gerada por ele. Certamente, estes atores são capazes de interferir direta e indiretamente na integração entre as propostas de práticas educativas/formativas e atividades de Educação Ambiental local e que conduzam à melhoria da qualidade de vida na região.

Para a compreensão da realidade socioambiental local e seu “desvelamento”, a realização de um diagnóstico da realidade socioambiental vivida por agentes da ação é imprescindível, pois parte-se do pressuposto de que,

[...] a chave do entendimento da problemática ambiental está no mundo da cultura, ou seja, na esfera da totalidade da vida em

sociedade [...]. Afinal, são as práticas do meio social que determinam a natureza dos problemas ambientais que afligem a humanidade [...]. No processo de transformação do meio ambiente [...] são criados e recriados modos de relacionamento da sociedade com o meio natural [...] e no seio da própria sociedade [...]. (Quintas, 2005)

Entende-se que é fundamental um esforço para se conhecer e sistematizar todos os aspectos que compõem a realidade onde se quer atuar. A escolha dos sujeitos não deve ser baseada apenas em critérios quantitativos e sim em critérios qualitativos

Caminhando por entre possibilidades

Consideramos que é de grande relevância a formação/capacitação de jovens, de preferência da comunidade local, para que possam trabalhar de maneira adequada com os visitantes, isto revitaliza o ecoturismo local, ao mesmo tempo que proporciona o tripé formação/trabalho/renda. O ecoturismo pode vir a fazer dos Parques um espaço de experiências de lazer e de educação, e assim, proporcionar para os visitantes uma experiência com a natureza, que fortalece um novo perfil de visitantes na região e contribui para o aumento da demanda turística.

Refletindo nesta direção, entende-se a Educação Ambiental como importante ferramenta de sensibilização e de atuação cidadã e participativa, já que a mesma proporciona reflexão e ação sobre a qualidade de vida, os problemas socioambientais, o consumo, a exploração, etc., uma vez que integra conhecimentos e pode dar um novo sentido para uma dada realidade. Observe-se que muitas vezes o uso público nas Unidades de Conservação é realizado de maneira desordenada e predatória, havendo assim a necessidade de ordenamento das atividades, a partir da compreensão do valor que determinados atributos (recursos do meio físico e biótico) apresentam, bem como de avaliação contínua e sistemática de seu desempenho, no contexto social, econômico e político.

Considera-se que a Educação Ambiental pode estar presente em diferentes espaços contribuindo para formar indivíduos críticos e capazes de transformar a realidade em que estão inseridos, proporcionando o desenvolvimento social-humano.

Neste sentido, torna-se pertinente compartilhar com Pimentel e Magro (2011, p. 96), ao afirmarem que,

A Educação Ambiental tem sido apontada como um instrumento para disponibilizar informações, compartilhar percepções e ampliar o diálogo e as ações conjuntas para fomento da atuação democrática e qualificada dos cidadãos nas discussões sobre os parques, especificamente nos conselhos gestores.

Assim, observa-se a necessidade de ações de Educação Ambiental continuada, não pontual, meramente informativa, feita por meio de panfletos e cartazes, como ocorre na grande maioria das Unidades de Conservação. É possível que a Educação Ambiental em uma vertente crítica e transformadora possa contribuir para uma transformação cultural e socioambiental, pois essa vertente instrumentaliza e mobiliza a base em busca de uma sociedade ancorada em valores ambientalmente sustentáveis.

A inserção da Educação Ambiental nas Unidades de Conservação devem não apenas direcionar para a sensibilização e interpretação ambiental – apesar destas serem consideradas de grande valor –, mas, trabalhar com o senso crítico da população, a fim de torná-la reflexiva, onde os sujeitos tenham capacidade de criar alternativas para a solução de problemas, tornando-se assim, mais participativos nos processos de tomada de decisão pelo poder público.

Nesta direção, é preciso priorizar a formação dos diversos atores envolvidos com a dinâmica das Unidades de Conservação, no planejamento de ações e políticas públicas em Educação Ambiental para esse contexto. Torna-se necessário então, tornar esses atores em educadores ambientais. Segundo Valenti et al (2012, p. 287), “é preciso haver processos de formação continuada de educadores ambientais que atuam nas Unidades de Conservação e outras estratégias que possibilitem maior repercussão das políticas públicas em seu trabalho cotidiano”.

Essa formação também deve envolver a população do entorno da Unidade de Conservação, isto não pode ser ignorado. Aquela deve ser inserida nesta, ou seja, a questão do pertencimento, da inserção, da participação fazem com que a identidade e a valoração sejam afloradas. E quando isto ocorre as ações cumprem os seus objetivos, pelo menos em parte.

Sabe-se que os desafios são muitos no tocante às ações efetivas de Educação Ambiental, especialmente quando estas são relacionadas aos espaços não formais de educação. No entanto, alguns estudos têm colaborado num esforço de transformar a realidade posta, partindo do princípio de que a Educação Ambiental tem plenas condições de promover a transformação das relações socioambientais.

Considerações finais

Para o atual modelo societário do tempo presente, seria muito pertinente uma Educação Ambiental Crítica, transformadora e emancipatória. Crítica, na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo hegemônico de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais instituídas. Transformadora, porque, ao colocar em pauta a discussão do caráter do processo civilizatório em curso, acredita na capacidade de a humanidade construir outra sociedade, pautada em novos valores e, assim, instituir novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza. Emancipatória, já que tem a capacidade de exaltar a liberdade como valor fundamental para a realização humana, buscando a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos. Acredita-se que essa educação pode, nesse sentido político, contribuir, de maneira significativa, para com a formação de sujeitos que sejam capazes de atuar em uma sociedade como a contemporânea, tão profundamente marcada pela instabilidade, pela diversidade e pela complexidade.

Assim, a Educação Ambiental, que se faz fundamental em qualquer espaço formativo, é um processo em que o indivíduo e a sociedade, inseridos na transformação da realidade socioambiental, constroem novos paradigmas. Neste sentido, Guimarães (2004, p. 31-32), ressalta que,

A ação pedagógica de caráter crítico potencializa o surgimento e estimula a formação de liderança, [...] busca a articulação dos diferentes saberes e exercita a construção do sentimento de pertencimento ao coletivo, ao todo representado pela comunidade e pela natureza e, [...]

incentiva a coragem da renúncia ao que está estabelecido e ousadia para inovar.

Dessa forma, essa dimensão da educação busca, em novas relações ser humano-natureza, de forma crítica, consciente e ativa, abrir possibilidades para melhorar a qualidade de vida com a manutenção das condições ambientais em sua sustentabilidade.

É enveredando por entre trilhas, muitas vezes sinuosas, que a implementação da Educação Ambiental pode, efetivamente, ocorrer. Acrescente-se que essa educação não formal em contato direto com a natureza pode possibilitar um maior envolvimento da sociedade com as questões socioambientais, considerando-se que, as Unidades de Conservação – mais especificamente a categoria Parque –, abrigam motivações e interesses que despertam para uma formação cidadã, com capacidade de estabelecer uma nova dinâmica socioambiental.

7) Referências

BECKER, B. Prefácio In: GUERRA, A.J. e COELHO, M.C. (Orgs). *Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL, Lei 9985 de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 de julho de 2000.

COELHO, M.C.; CUNHA, L.H.; MONTEIRO, M.A. Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A.J. e COELHO, M.C. (Orgs). *Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DEL RIO, V. Cidade da Mente, Cidade Real, Percepção Ambiental e Revitalização na área Portuária do Rio de Janeiro. In: DEL RIO e OLIVEIRA, L. (orgs.) *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Universidade de São Carlos (SP)/Studio Nobel, 1996.

DIEGUES, A.C. Desenvolvimento sustentado, gerenciamento geoambiental e o de recursos naturais. *Cadernos FUNDAP* – São Paulo – Ano 9 – nº 16 – p. 33-45, jun/1989.

_____. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. - 6º ed. Ampliada – São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

_____. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. In. São Paulo. *Perspectivas*, 6 (1-2), jan./junho, 1992.

DUARTE, P.A. *História ambiental de uma unidade de conservação: o parque municipal de Nova Iguaçu-RJ*. Dissertação (Mestrado). UERJ, 2010

- GUIMARÃES, M. *A formação de educadores ambientais*. Campinas: Papirus, 2004.
- _____. (Org.). *Caminhos da educação ambiental: da forma à ação*. Campinas: Papirus, 2006.
- LOUREIRO, C. F. B. *Trajetórias e fundamentos da educação ambiental*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. (Org.). *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.
- PIMENTEL, D.S.; MAGRO, T.C. Múltiplos olhares, muitas imagens: o manejo de parques com base na complexidade social. In: *GEOgraphia*, vol. 13, nº 26, Niteroi, 2011.
- PINTO, V.P. dos S.; ZACARIAS, R. Crise Ambiental: adaptar ou transformar? As diferentes concepções de educação ambiental diante deste dilema. In: *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v.14, n.2, p. 39-54, set 2009/fev 2010.
- QUINTAS, J. S. *Educação no Processo de Gestão Ambiental: Um Proposta de Educação Ambiental, Transformadora e Emancipatória*. 2004.
- _____. *Introdução à Gestão Ambiental Pública*. Brasília: Ibama, 2005.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000
- VALENTI, M.E.; OLIVEIRA, H.T.; DODONOV, P.; SILVA, M.M. Educação Ambiental em Unidades de Conservação: políticas públicas e a prática educativa. In: *Educação em Revista*, Vol. 28, No 1, p. 267-288, 2012.
- VALLEJO, L.R. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas Públicas. In: *GEOgraphia*, Vol. 4, No 8, Niterói, 2002.
- ZBOROWSKI, M. B. *Conflitos ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA) 2008*. 254 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.